

P 6

ANC 88  
 Pasta Outubro/86  
 011

# Um teste de força entre o capital e o trabalho

4 OUT 1986 JORNAL DA TARDE

A conciliação do FGTS com a estabilidade e a jornada de trabalho semanal de 40 horas serão pontos dos mais polêmicos na elaboração da nova Constituição, segundo previsão do jornalista Mauro Santayana, secretário executivo da Comissão Constitucional presidida por Afonso Arinos, que consagrou aqueles preceitos.

Santayana admite que haverá um expressivo lobby visando a impedir a inscrição de tais preceitos no texto constitucional e comentou que o embate servirá de referência para uma avaliação do relacionamento entre o capital e o trabalho, no País, na atual conjuntura.

Embora reconhecendo que o texto da comissão presidida por Arinos não seja bem visto por alguns setores e a própria comissão por outros, Santayana é de opinião que não será possível ignorar o trabalho por ela desenvolvido, e isto se torna mais verdadeiro em se tratando de matérias controversas em que interesses poderosos são contrariados.

Entre elas cita a questão da diferenciação entre o uso do solo e do subsolo, este sendo conceituado como propriedade da União; a proibição da transferência a estrangeiros de terras com depósitos minerais e a proibição de estes explorarem minerais no País; o controle de remessa de royalties e lucros; e, ainda, a obrigatoriedade de capital nacional majoritário nas associações entre empresas nacionais e estrangeiras, com os centros de decisão sendo mantidos no Brasil.

Mauro Santayana vê no projeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais nítido propósito de colaborar com o governo, além

da finalidade óbvia que é servir de referência para a Assembléia Nacional Constituinte. Desta maneira, quando discute-se no Gatt a inclusão do item serviços e a questão se coloca na agenda das negociações bilaterais entre os países com posições conflitantes, é importante que a Constituinte restrinja a propriedade dos bancos de depósitos às empresas brasileiras, até porque brasileiro não pode ter banco desta natureza nos Estados Unidos.

### Credores

Uma das questões fundamentais, no entanto, e que segundo Santayana poderá ajudar o gover-

no brasileiro em suas negociações com credores externos, é o dispositivo acerca do exame da legitimidade da dívida externa brasileira, constante das disposições transitórias. O percentual de 3% de seu montante nos encargos a serem pagos, seria um adequado instrumento político de negociação, desde agora, para fixar um outro percentual, ainda que discretamente mais elevado, mas sem fugir à filosofia que inspirou o preceito inserido no projeto constitucional recentemente elaborado, frisou Santayana.

Não tão polêmico, mas ainda assim tendo a se contrapor a ele um poderoso lobby há o dispositivo que, a exemplo do que se verifica

em outros países, torna obrigatório o concurso público para tabeliães.

O projeto de Constituição da comissão presidida por Afonso Arinos procura conter o chamado "cooperativismo exacerbado", gerador da reserva de mercado que a comissão entendeu inaceitável para setores da classe média alta. É neste contexto que o projeto da Comissão Constitucional coloca a dispensa de diploma para jornalistas, embora respeitando a existência dos cursos de comunicação.

A comissão consagrou o princípio segundo o qual o jornalismo se insere em um contexto político e de criatividade que devem estar abertos a qualquer cidadão. O

exemplo da República Federal da Alemanha foi lembrado pelo secretário Mauro Santayana, ao afirmar que naquele país são exigidos diplomas para médicos, engenheiros, advogados, pilotos e mais uma ou outra profissão eminentemente técnica, onde a improvisação, ainda que com talento, pode gerar prejuízos a terceiros e à sociedade como um todo. Já os arquitetos, jornalistas, sociólogos, bibliotecários, químicos, físicos, cientistas e pesquisadores em geral não estão condicionados a diplomas para o exercício habitual de suas atividades.

Este tema, segundo Santayana, também será bastante polêmico, mas a dispensabilidade do diploma poderá acontecer se houver a

conscientização de que ela não reduz o mercado de trabalho, mas sim valoriza a competência e abre o caminho à necessidade de sindicatos fortes.

### PM

A chamada "Comissão de Notáveis" que elaborou o texto básico para discussão da Constituinte, "está fora da realidade brasileira ao propor a extinção das Polícias Militares Estaduais, num momento crítico de segurança por que passa o País". É uma sugestão "incompreensível" que representará "um custo desmesurado para a sociedade brasileira", e merece a "inconfidência" dos policiais-militares. Demonstrando isto, os comandantes das 26 Polícias Militares de todo o País farão um congresso em Brasília, possivelmente em janeiro, em que deverão aprovar um voto de "aplausos" ao presidente da República por ter decidido "uma certa paralisação" no documento dos "notáveis". A informação foi dada ontem, em Porto Alegre, pelo comandante-geral da Brigada Militar (a PM do Rio Grande do Sul), coronel Nilso Narvaz, ao resumir as conclusões de um encontro entre 16 dos 26 comandantes dessas forças públicas iniciado ontem na capital gaúcha.

Os comandantes são contrários à proposição da Comissão Constituinte, entendem que as Polícias Militares, ao contrário, devem ser aperfeiçoadas em sua missão de garantir o policiamento ostensivo nas ruas das cidades e deverão, talvez, aprovar hoje um documento final resumindo estas conclusões. Narvaz foi o porta-voz de todos os comandantes presentes ao encontro.

## PESQUISA

O povo fala o que espera da Constituinte: quer deixar de ser "carneirinho".

Apesar de pertencerem a classes sociais diferentes, existem alguns consensos entre os eleitores da Grande São Paulo: 62% concordam que o brasileiro não sabe votar, enquanto 87% acham que o voto é uma arma para fazer valer os direitos do cidadão. No entanto, outros 62% são favoráveis ao voto útil, embora a maioria — 79% — acredite que os políticos são todos demagógicos. Dados como estes foram revelados pela primeira fase do projeto "Correntes políticas da população: bases para uma Constituição", realizada pela Interscience — Informação e Tecnologia Aplicada, entre 1.400 entrevistados, que procurou identificar as expectativas da população sobre a Constituinte.

Segundo Paulo Secches, presidente da Interscience, muito mais importante que saber em quem o cidadão vai votar, é saber o que ele espera da nova Constituição. Baseado neste princípio, o projeto apresentou várias frases aos entrevistados que deveriam dizer se concordavam ou não com afirmações sobre pena de morte, riquezas, preconceito racial, reforma agrária e militares, entre outros temas.

A pesquisa revelou índices expressivos sobre as eventuais atitudes dos "fiscais do Sarney": 92% acham que o cidadão deve fiscalizar tudo; 88% concordam que o Brasil é do povo e que está na hora do brasileiro deixar de ser um carneirinho. Além disso, 67% acham que não existe

partido político ideal no País; 83% acreditam em um sistema de governo capitalista que defenda a livre iniciativa, enquanto 82% querem ver os serviços essenciais socializados.

Altos índices também obtiveram alguns anseios dos eleitores sobre a administração do País: 91% querem as estatais controladas; 83% querem as riquezas melhor distribuídas e 78% defendem a reforma agrária. Outras revelações nada desprezíveis: 40% acham que os militares devem voltar ao poder, enquanto 72% são favoráveis à pena de morte.

Diante desses resultados, Gilberto Gidra, organizador do projeto, dividiu a população brasileira (repre-

sentada em São Paulo) nas seguintes categorias: nihilistas (40%); sufragistas, 85% (aqueles que acreditam no voto); xenofobistas, 59% (que acreditam serem as multinacionais muito boas para o País); multirranistas, 83% (não crêm nos políticos); humanistas, 78%; ativistas, 46%; legalistas, 80%; moral-nacionalistas, 77% (aqueles que defendem a moralização do País e a nacionalização das multinacionais) entre outros.

Em Brasília, o superintendente do Prodasen, responsável pelo processamento de dados do Senado, Rui Oscar Dias Janiques, disse ontem que o programa de coleta de subsídios populares à futura Constituinte já recebeu 50 mil sugestões desde sua implantação em junho último.